INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA
CAMPUS SÃO JOSÉ

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL COM ÊNFASE NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Ana Carolina Schmitz da Silva

A TI Morro dos Cavalos e a Educação Ambiental: Potencialidades de um Etnomapeamento como Formador de Sujeitos Ecológicos

São José - SC
2021

Ana Carolina Schmitz da Silva

A TI Morro dos Cavalos e a Educação Ambiental: Potencialidades de um Etnomapeamento como Formador de Sujeitos Ecológicos

Trabalho Conclusão do Curso de Especialização em Educação Ambiental com Ênfase na Formação de Professores do Campus São José do Instituto Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de Especialista em Educação Ambiental
Orientadora: Profa. Msc Ana Paula Pruner de Siqueira
Coorientadora: Profa. Msc. Evelin Moreira Gonçalves

São José - SC

2021

Ana Carolina Schmitz da Silva

A TI Morro dos Cavalos e a Educação Ambiental: Potencialidades de um Etnomapeamento como Formador de Sujeitos Ecológicos

Este Trabalho Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de Especialista em Educação Ambiental e aprovado em sua forma final pelo Curso de Especialização em Educação Ambiental com Ênfase na Formação de Professores

São José, 22 de outubro de 2021.

Banca Examinadora:

_____

Profa. Msc Ana Paula Pruner de Siqueira (Orientadora)
IFSC – Campus São José

_____

Profa. Msc Evelin Moreira Gonçalves (Coorientadora)
IFSC – Campus Florianópolis

_____

Prof. Dr. Paulo Henrique de Oliveira Porto de Amorim
IFSC – Campus São José

_____

Prof. Msc. Davi Henrique Correia de Codes
UNICAMP

Dedico este trabalho à Nação Guarani.

AGRADECIMENTOS

O curso de especialização não foi breve como o esperado, mas foi intenso e estará para sempre marcado na minha vida. E por isso, direcionarei meus agradecimentos às pessoas envolvidas nesse percurso.

Às minhas orientadoras por toda a paciência e apoio durante esse processo. Vocês são mulheres que admiro desde o primeiro dia em que as conheci e foi uma grande honra ter recebido tantos ensinamentos de vocês.

Agradeço ao IFSC em sua inteireza, aos colegas de cursos, professores e todos os servidores que se mantem nos bastidores durante nossa formação.

Aos integrantes da banca avaliadora, aos amigos e família que estiveram presentes e ouviram pacientemente minhas reflexões sobre o tema aqui explorado.

Em especial, agradeço a comunidade da TI Morro dos Cavalos por ter me permitido conhecer vocês e realizar esse trabalho.

RESUMO

A comunidade Guarani Mbya que vive na Terra Indígena (TI) Morro dos Cavalos localizada no município de Palhoça e estado de Santa Catarina vivencia por décadas muitas ameaças sobre o seu território. Segundo a FUNAI, a TI Morro dos Cavalos aguarda pela homologação de suas terras, o que é a última etapa do processo de demarcação do território indígena. Dentre as ferramentas legais de proteção e uso da terra está o Plano de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas, e para a sua consolidação é prevista a realização de etnomapeamento das TIs. Esse processo de construção do Plano de Gestão no Morro dos Cavalos vem sendo realizado pela comunidade com o apoio de atores externos. O campus Florianópolis do Instituto Federal de Santa Catarina contribuiu com o Etnomapeamento, através de um projeto de extensão no âmbito do Curso Técnico em Agrimensura. Um dos campos participativos foi descrito em um diário de campo e analisado no presente trabalho a fim de entender mais sobre as relações dos indígenas com o meio em que vivem. Além disso, foi aplicado um questionário com a principal liderança indígena da TI, com o intuito de entender a importância da utilização dos mapas como ferramenta de comunicação para a comunidade. A análise desses materiais e dos mapas desenhados pelos participantes do campo de etnomapeamento foi realizada com o intuito de entender a ocorrência de processos de educação ambiental na perspectiva da construção de sujeitos ecológicos. Foi observada uma potencialidade na aplicação do etnomapeamento, principalmente no que tange a valorização da autonomia indígena sobre o seu espaço e a contribuição dos mesmos para a formação de sujeitos ecológicos.

Palavras-chave: Etnomapeamento; Autonomia Indígena; Educação Ambiental; Comunidades Tradicionais.

ABSTRACT

The Guarany Mbya indigenous comunity that lives in the Indiginous land called Morro dos Cavalos have been living for decades under torritorial threats. This land is located in Palhoça city, Santa Catarina state. According to the FUNAI, the Indiginous land Morro dos Cavalos is waiting for the last step of the territorial homologation process. Among the legal tools for the protection and use of land is the Territorial and Environmental Management Plan for Indigenous Lands. In order do achieve this Plan there is necessary to carry out an action of ethnomapping of the Indiginous territory. This plan has been done for the indiginous comunity and non indiginous people who is supporting then with technical actions or knowladge. The IFSC Florianópolis collaborate with the Ethnomapping process through an Extension Project from the surveying technical course. One of the colaborative field done with the indiginous people from TI Morro dos Cavalos was described in a field diary and analysed trhough this paper in order to understand more about the relations between indiginous and their enviroment. Furthermore, it was applied a quis with the mainly leader of the TI in order to understand the use of maps importance as a communication and protection tool for the comunity. The analysis of these materials and the maps designed by the participants in the ethnomapping field was carried out to understand the occurrence of environmental education processes from the perspective of the ecological human being construction. There was observed a potentiality in the application of ethnomapping, mainly with regard to the valorization of indigenous autonomy over their space and their contribution to the building of an ecological human being.

Keywords: Ethnomapping; Indigenous Autonomy; Environmental Education; Traditional Community.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Grupos de indígenas dialogando e desenhando sobre o mapa, com a presença da professora Evelin e do Cacique Teofilo. 27

Figura 2 - Participação dos indígenas na confecção dos mapas com o auxílio da professora do curso técnico em Agrimensura (IFSC/ Florianópolis), Evelin Gonçalves. 27

Figura 3 - A elipse vermelha no desenho aponta a região de pinus em sobreposição a área de roça antiga desenhada pelos indígenas, descrita na legenda e sinalizadas com flechas vermelhas. 29

Figura 4 - Parte do croqui desenhado pelos indígenas onde aponta o desejo de se estabelecer pomares de frutas em locais onde há invasão de Pinus. 29

Figura 5 - Mapa de manejo de *Pinus elliottii* resultante de uma das etapas de construção do PGTA Eko etno Envolvimento. 32

Figura 6 - A figura destaca através da elipse as áreas de caça citadas por um dos grupos de indígenas, além de mostrar os desenhos de animais feitos pelo outro grupo. 33

Figura 7 - Recorte da legenda utilizada no Mapa Síntese com os símbolos citados. . 34

Figura 8 - A figura destaca através da elipse um local onde se deseja instalar uma nova aldeia. A flecha indica a legenda feita pelos próprios indígenas. 36

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

TI – Terra Indígena

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

GT – Grupo de Trabalho

DOU – Diário Oficial da União

CIT – Conferência Internacional do Trabalho

OIT – Organização Nacional do Trabalho

PGNATI – Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

VANT – Veículo Aéreo não Tripulado

GNSS – Global Navigation Satellite System

PGTA – Plano de Gestão Territorial e Ambiental

EA – Educação Ambiental

UC – Unidade de Conservação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 15

1.1. MODO DE VIDA GUARANI E A CONSTRUÇÃO DO SUJEITO ECOLÓGICO 19

2 ENREDO VIVENCIADO E METODOLOGIAS 21

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO 26

4 CONCLUSÃO 39

REFERÊNCIAS 40

ANEXO I – Diário de Campo Etno Geográfico - TI Morro dos Cavalos: 44

ANEXO II – Croqui 01 Desenhado pelos Indígenas no Campo de Etnomapeamento 46

ANEXO III – Croqui 02 Desenhado pelos Indígenas no Campo de Etnomapeamento 47

ANEXO IV – Questionário Aplicado 48

ANEXO V – Questionário Respondido pela Liderança da TI Kerexu Yxapyry: 49

1 INTRODUÇÃO

Uma terra sem limites, sem cercas ou estrutura física que separe uma parte da outra: essa seria a paisagem ideal para a cultura Mbya Guarani. As definições geográficas da cultura Guarani estão diretamente relacionadas com a sua cosmovisão, a religiosidade e suas relações com a natureza. Sua cultura apresenta características itinerantes e o princípio básico do seu relacionamento com a terra é justamente a possibilidade de compartilhamento do espaço entre diferentes aldeias (LADEIRA, 2004). Limitar o território para os indígenas é, portanto, uma ferramenta que não condiz com a sua cultura e o seu modo de vida, mas, é inevitavelmente presente no atual modelo de sociedade em que vivemos.

A demarcação de terras indígenas no Brasil é um problema recorrente e de longa data. Dentre as diversas populações nativas no Brasil, a etnia Guarani é atualmente, a de maior proporção populacional e seu território original atravessava o limite de cinco países da América Latina: Brasil, Argentina, Uruguai, Bolívia e Paraguai. Os Guaranis são considerados a etnia mais conhecida da parte meridional da América devido a quantidade de informações arqueológicas, etnográficas, históricas e linguísticas que se têm sobre os mesmos (NOELI, 2000). Ademais, a resistência e resiliência que essa população manteve, vivendo em confronto com grupos sociais marcados pela tendência a redução de particularidades por quem não se interessam em respeitar as diferenças étnicas, aumenta ainda mais a relevância de sua manutenção e continuidade (NEIRA, 2008).

A homologação e demarcação de terras indígenas é um processo administrativo que se divide em algumas fases de acordo com a modalidade da Terra Indígena (TI). Inicialmente a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) estabelece um Grupo de Trabalho (GT) e realiza o estudo das terras, através de pesquisas históricas, antropológicas, cartográficas e ambientais. Após a aprovação desses estudos pela FUNAI e publicação no Diário Oficial da União (DOU), as terras entram na fase do contraditório administrativo e, se aprovada pelo Ministério da Justiça, passam a estar declaradas e podem ser fisicamente demarcadas e georreferenciadas. A homologação em si, ocorre após essas três etapas e é oficializada com a assinatura presidencial. Sua regularização é feita com viés burocrático com o registo em cartórios em nome da União junto à Secretária do Patrimônio da União (FUNAI, 2021).

A comunidade Guarani, localizada no Morro dos Cavalos, região sul do município de Palhoça, no Litoral de Santa Catarina, está em processo de homologação das suas terras. Está classificada segundo Decreto nº1775/96 (CF/88, Lei 6001/73 – Estatuto do Índio) como Terra

Indígena Tradicionalmente Ocupada, ou seja, a demarcação e proteção de suas populações são de responsabilidade da União e asseguradas constitucionalmente pelo artigo 231 capítulo VII da Constituição Federal de 1988 (FUNAI, 2021). O processo de homologação já obteve a expedição da Portaria Declaratória pelo Ministro da Justiça e está demarcada fisicamente, com a materialização dos marcos e georreferenciamento.

A Terra Indígena do Morro dos Cavalos vem sofrendo diversos ataques nas últimas décadas, desde falsas denúncias de estarem poluindo o meio ambiente até ataques de confronto físico articulados por grandes grupos com interesses latifundiários do estado. Os Xeramõi e Xejaryii (anciãos guaranis) da TI mencionam problemas territoriais desde a época do governo Getúlio Vargas e apontam a construção da rodovia BR-101 na década de 1960 como sendo um dos momentos de maior tensão para a população indígena (COMISSÃO GUARANI YVYRUPA, 2015). Até o ano de 1993 a população indígena no local não era reconhecida pela FUNAI, ainda que tivesse o direito constitucional para tal, desde a promulgação da Constituição de 1988. A partir deste ano, a Funai criou um GT através da Portaria nº 973/93 com o intuito de identificar e demarcar a TI do Morro dos Cavalos que gerou o primeiro relatório em 1995, sinalizando uma área de 121,8 hectares de terras, o que foi rejeitado pela população indígena por se tratar de uma área extremamente reduzida. Apenas em 2002, a TI foi delimitada e identificada em concordância com os Guaranis. Em 2008, o Ministério da Justiça, através da Portaria nº. 771 reconheceu e declarou 1.988 hectares no Morro dos Cavalos de posse permanente dos Guaranis, autorizando sua demarcação física georreferenciada.

A proximidade da TI com a área urbana da grande Florianópolis acaba viabilizando a construção de inúmeros empreendimentos que perpassam ou não o território indígena e que, acabam gerando impactos diretos e indiretos sobre a qualidade de vida das comunidades. São exemplos disso a rodovia BR-101 e a linha de transmissão de responsabilidade técnica da empresa Eletrosul, que atravessa a Terra Indígena. Os impactos devem ser discutidos e analisados junto à comunidade, podendo apontar a inviabilidade social dos empreendimentos, ou a necessidade de ajustes nos projetos, e principalmente o desenvolvimento de programas de mitigação e/ou planos de compensação.

A análise dos impactos junto aos indígenas ou a sua compensação é possível porque em 1989, na 76a Conferência Internacional do Trabalho (CIT), a Organização Internacional do Trabalho (OIT) adotou a Convenção sobre povos indígenas e tribais (n°169), que tem por objetivo garantir a preservação e sobrevivência dos sistemas de vida dos povos indígenas e tribais e sua ativa e efetiva participação no planejamento e execução de projetos

que lhes dizem respeito. Essa Convenção é um tratado internacional e foi acolhida pelo ordenamento jurídico brasileiro em 19 de abril de 2004, por meio do Decreto 5.051/2004 (retificado para o Decreto 10.088/2019). Essa norma é equivalente a uma norma constitucional, portanto, os povos indígenas usufruem dos direitos conquistados na Convenção 169 da OIT e o Estado brasileiro deve cumprir o seu dever de atender ao determinado na Convenção, descrito no artigo 15°, item 2:

> Em situações nas quais o Estado retém a propriedade dos minerais ou dos recursos do subsolo ou direitos a outros recursos existentes nas terras, os governos estabelecerão e manterão procedimentos pelos quais consultarão estes povos para determinar se seus interesses seriam prejudicados, e em que medida, antes de executar ou autorizar qualquer programa de exploração desses recursos existentes em suas terras. Sempre que for possível, os povos participarão dos benefícios proporcionados por essas atividades e receberão indenização justa por qualquer dano que sofram em decorrência dessas atividades (OIT, 2011, pág. 30).

Em 2012, foi promulgado o Decreto 7.747, que institui no seu artigo primeiro a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), o qual indica que:

> (...)com o objetivo de garantir e promover a proteção, a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais das terras e territórios indígenas, assegurando a integridade do patrimônio indígena, a melhoria da qualidade de vida e as condições plenas de reprodução física e cultural das atuais e futuras gerações dos povos indígenas, respeitando sua autonomia sociocultural, nos termos da legislação vigente (Decreto 7.747, pág . 1).

A PNGATI tem como ferramenta principal para a gestão territorial e ambiental das TI’s o etnomapeamento, que consiste no mapeamento participativo das áreas com relevância para os indígenas e o etnozoneamento, que é a categorização dessas áreas e que também deve ser desenvolvido com a participação da população interessada e com base no etnomapeamento prévio (Artigo 2° do Decreto).

Além destes decretos citados, os indígenas possuem também garantias legais no âmbito do licenciamento ambiental, instrumento administrativo dos órgãos ambientais que autoriza e fiscaliza todas as atividades passíveis de impactos socioambientais. A participação das comunidades indígenas nas tomadas de decisões em obras que gerem impactos diretos ou indiretos sobre as TIs é garantida legalmente pela Portaria Interministerial 060/2015, que coloca a FUNAI como uma das reguladoras em todas as etapas do processo de licenciamento

ambiental. Com isso, os indígenas possuem o direito garantido por lei de receber e atuar em projetos de mitigação ou compensação de impactos causados por determinadas obras.

Com tudo isso, as atividades desenvolvidas pelo Estado (incluindo as pessoas jurídicas de economia mista), ou por particulares na TI Morro dos Cavalos deverão ser reparadas por meio de indenizações e compensações socioambientais. Entretanto, como estes danos ocorrem de maneira difusa e com diferentes intensidades nas diferentes áreas da TI, a reparação necessita abarcar esta diversidade de prejuízos. Por esse motivo, o Plano de Gestão Territorial (PNGATI) é considerado uma ferramenta importante de proteção e garantia dos direitos individuais e coletivos da TI, tratando-se de um instrumento de caráter dinâmico, que visa à valorização do patrimônio material e imaterial indígena, à recuperação, à conservação e ao uso sustentável dos recursos. O Plano é a base para as análises de viabilidade e impactos gerados por empreendimentos que possam ser ou foram desenvolvidos no território.

Dentro do contexto do PGNATI desde a sua criação no Brasil, os indígenas sentem a necessidade de estabelecer um plano de vida que vai muito além dos projetos escritos norteados pelas normativas legais exigidas (BAVARESCO & MENEZES, 2014). Para isso, muitas comunidades tradicionais brasileiras vêm estabelecendo um Plano de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas (PGTAs). Estes planos são mecanismos de gestão desenvolvidos com a participação ativa dos indígenas e diálogos interculturais com pessoas ou instituições externas à comunidade:

> (...) Os PGTAs estão embasados nas noções de autonomia, protagonismo e autodeterminação dos povos, no que se refere à negociação e ao estabelecimento de acordos que permitam o fortalecimento da proteção e do controle territorial, bem como à construção coletiva de estratégias, ações e projetos de interesse das comunidades indígenas. Dessa forma, os PGTAs propiciam o fortalecimento dos sistemas próprios de tomada de decisão dos povos indígenas, contribuindo para a valorização do conhecimento dos povos indígenas sobre seus territórios e permitindo a transmissão de conhecimento entre gerações, entre outros benefícios. (...) (BAVARESCO & MENEZES, 2014, pág..25).

A TI Morro dos Cavalos realizou o seu próprio PGTA com pessoas indígenas e não indígenas com diversas formações técnicas, que juntos formaram uma equipe multidisciplinar e autogestionada (SCANAVACA, 2020). O grupo se estabeleceu no ano de 2018 e através de encontros, oficinas e discussões, veio planejando o documento oficial do PGTA, que inclui acima de tudo, um plano de vida para os indígenas da comunidade, valorizando a sua participação e objetivando a sua autonomia socioambiental. Como parte do processo de construção do Plano de Gestão, foi realizado o Etnomapeamento e Etnozoneamento da Terra

com a participação ativa da comunidade e apoio do Instituto Federal de Santa Catarina, através de um projeto de extensão vinculado ao curso Técnico de Agrimensura. A utilização dessas ferramentas previstas dentro do PGNATI se torna base de diálogos para a construção de outros instrumentos necessários para a gestão da terra considerando os diversos eixos e objetivos do Plano como um todo, pois os mapas gerados a partir dessas ferramentas, trazem aspectos particulares da comunidade do Morro dos Cavalos, formas de funcionamento, utilização dos espaços e projeções de sonhos, tornando-se ainda, um símbolo de defesa e autonomia territorial.

O presente trabalho apresenta uma reflexão sobre a relação da comunidade indígena com o seu território/espaço territorial por meio do processo de construção do Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Guarani do Morro dos Cavalos. A partir dessa reflexão, pretendeu-se identificar as potencialidades do etnomapeamento, os espaços julgados importantes pelos integrantes da comunidade e a forma como estes se relacionam com o meio. Pretendeu-se ainda entender como a participação indígena e os diálogos com os agentes externos à comunidade podem promover espaços de educação ambiental. Por fim, apresentou-se as expectativas da comunidade sobre os resultados cartográficos em relação às questões ecológicas considerando a perspectiva da sua liderança principal.

1.1. MODO DE VIDA GUARANI E A CONSTRUÇÃO DO SUJEITO ECOLÓGICO

As terras que compreendem a TI Morro dos Cavalos são parte histórica de uma rota pré-colombiana denominada por “Caminho de Peabiru”, que conectava os Guaranis com outras culturas ancestrais, tais como os Incas. O caminho ligava os Oceanos Atlântico e Pacífico, acompanhava a movimentação do sol nascente-poente, e no Brasil, iniciava ou terminava em 3 pontos do litoral, nos estados de São Paulo, Paraná e Santa Catarina, estando esse último ponto localizado dentro da TI Morro dos Cavalos (CORREA et al.,2020). Considerando essa importância histórico ancestral do território citado e o sentimento de territorialidade vivenciada pelos indígenas, os limites políticos e geográficos não fazem parte de sua cultura, pois segundo eles as cercas desrespeitam as divindades criadoras da natureza e dos seres viventes nela. (SCANAVACA, 2020). Mas, infelizmente, esse sentimento de pertencimento ao espaço vem sendo negligenciado desde o início do processo de colonização até os dias atuais. Por questões de sobrevivência surge então essa necessidade de demarcação das suas terras remanescentes.

As problemáticas fundiárias não são as únicas engrenagens que movimentam as comunidades tradicionais na luta pela garantia dos seus espaços. Há uma questão de reparação

histórica, pois além dos territórios perdidos, as guerras causadas pelo processo de exploração colonial causaram muitas mortes e marcas psicossociais profundas nas comunidades, incluindo às integrantes do Morro dos Cavalos (S[1]CANAVACA, 2020). Além disso, lutar pelo seu espaço está diretamente relacionado com a garantia de viver o modo Guarani de ser, através das movimentações entre *Tekoas*[1], sejam elas em nações diferentes ou não.

Para os Guaranis, a Terra possui um valor sagrado que vai além de ser um lugar para se viver, pois ela tem a capacidade de acolher as plantas e animais, criando ambientes geradores de vida em todos os seus aspectos e por isso, é considerada a base do Bem Viver (BONIN, 2015). Esse modo de vida é fundamentado por uma filosofia que reflete a organização social de diversos povos tradicionais por toda a América Latina e baseia-se:

> Sob os princípios da reciprocidade entre as pessoas, da amizade fraterna, da convivência com outros seres da natureza e do profundo respeito pela terra, os povos indígenas têm construído experiências realmente sustentáveis que podem orientar nossas escolhas futuras e assegurar a existência humana . (BONIN, 2015, p.1)

Essas bases sociais e filosóficas sustentam um Bem Viver onde a coletividade predomina nas relações sociais indígenas. Suas formas de pensar e agir são bastante vinculadas às famílias e ao bom funcionamento coletivo dentro das comunidades (BONIN, 2015). Por conta disso, o Bem Viver deve acontecer para todos, sem haver injustiças sociais ou a promoção de privilégios que geram desigualdades.

Considerando essa relação tão íntima e fluida que os indígenas exercem com a Mãe Terra e também as relações sociais pautadas na coletividade, fraternidade e no bem comum, podemos considerar o modo de vida Guarani como um exemplo vivo, ainda que marginal ao nosso (*joruás*[2]) jeito mercantil de viver, de uma sociedade a ser espelhada. Diante dos problemas socioambientais crônicos e da crise climática em que vivemos, podemos e devemos aprender muito com os indígenas. E isso fica muito evidente na fala de Ailton krenak no seu livro, quando ele nos comunica que

> Fomos, durante muito tempo, embalados com a história de que somos a humanidade e nos alienamos desse organismo de que somos parte, a Terra, passando a pensar que ele é uma coisa e nós, outra: a Terra e a humanidade. Eu não percebo que exista algo que não seja natureza. Tudo é natureza. O cosmos é natureza. Tudo em que eu consigo pensar é natureza. (KRENAK, 2020, p. 5).

---

[1] *Tekoas* se refere na língua Guarani às aldeias.

[2] Joruás refere-se às pessoas não indígenas

A integração Terra e humanidade visionada por Ailton Krenak expõe um jeito de ser ancestral indígena que representa essencialmente o que Reigota expõe em seus estudos sobre a Educação Ambiental crítica. Segundo o autor, a educação ambiental não deve excluir o educando do processo e do meio ao qual ele se encontra inserido (REIGOTA, 2001). Além disso, o processo de formação crítica ambiental passa por esse reconhecimento de fazer parte do ambiente, dos problemas nele existentes e a partir dessa consciência, fazer parte das soluções também.

Os conceitos de educação ambiental crítica muito se relacionam com a perspectiva de construção do sujeito ecológico, fundamentado pela autora Isabel Cristina de Moura Carvalho. O sujeito ecológico, segundo ela, se constrói a partir das próprias experiências socioambientais e se movimenta no sentido de repensar suas ações a partir do processo de conscientização ambiental. A formação formal do profissional de educação ambiental está intrinsecamente ligada a essa formação do sujeito ecológico, pois historicamente, essa construção carece de uma base teórica epistemológica no Brasil, e ocorre rotineiramente através dos processos de participação ativa em trabalhos relacionados à preservação do meio ambiente. Ou seja, o educador ambiental passa por um processo de formação ecológica baseado em experiências práticas e participativas que podem ocorrer antes da sua formalização profissional ou ao longo desse período (CARVALHO, 2002).

O processo de construção de mapas com a participação das comunidades da TI do Morro dos Cavalos ocorreu em diferentes momentos e encontros com o estabelecimento de relações interculturais de apoio. Essa construção coletiva promoveu em sua essência, dinâmicas que podemos considerar como sendo vivências ou práticas em educação ambiental. Na qual a comunidade pode expor as suas subjetividades durante as discussões de desejos para a criação de outros mundos. Bem como, os atores externos puderam, a partir dessas trocas, formar um pouco mais de si mesmos, como sujeitos ecológicos e como educadores ambientais, ainda que de forma subjetiva.

2 ENREDO VIVENCIADO E METODOLOGIAS

Todos os materiais analisados no presente trabalho são frutos de um projeto de extensão denominado *Etnomapeamento e Etnozoneamento - Apoio na elaboração do Plano de Gestão Territorial e Ambiental (Eko-Etno-Envolvimento) da Terra Indígena Morro dos Cavalos*, do Instituto Federal de Santa Catarina. O projeto foi idealizado pelos professores

Evelin Moreira Gonçalves e Ângelo Martins Fraga que fazem parte do corpo docente do curso técnico em Agrimensura no campus Florianópolis. Durante minha participação no curso como estudante tomei conhecimento do projeto de construção do Plano de Gestão e passei a me envolver. Através da empatia que desenvolvi a partir dos testemunhos da professora Evelin sobre a sua relação e vivência na TI Morro dos Cavalos, dispus-me a ajudar no desenvolvimento do projeto desde antes da sua formalização, pensando nas potencialidades que um etnomapemento tem em termos de educação ambiental. O projeto de extensão aconteceu formalmente entre os anos de 2020 e 2021, porém, alguns campos de levantamentos de dados foram realizados no ano anterior.

A professora Evelin possui uma relação de proximidade com a comunidade do Morro dos Cavalos, além de fazer parte do corpo técnico envolvido na construção do PGTA da TI. Grande parte dos dados utilizados para a construção dos mapas foram levantados por ela, em reuniões e trilhas temáticas com a participação direta dos moradores. O presente trabalho analisou dados e resultados do projeto de extensão, a partir da minha participação em um desses campos com a atuação direta da comunidade. Entre estes documentos estão um diário de campo referente a um dos campos de Etnomapeamento. O diário foi escrito em primeira pessoa, de forma a descrever as minhas impressões sobre os participantes envolvidos no processo de desenhar sobre um mapa. Estas impressões foram baseadas nas conversas que os indivíduos tiveram entre eles e comigo ao longo do campo e que estavam diretamente relacionadas com o meio em que vivem.

O campo de Etnomapeamento citado foi aplicado por mim e pela professora Evelin em conjunto com a comunidade da aldeia Itaty-Tataendy no dia 13/11/2019. Para essa atividade foram utilizados dois mapas impressos no tamanho A1, produzidos a partir das cartas topográficas do Estado de Santa Catarina e delimitação oficial da TI disponível no site[3] da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e um papel vegetal sobreposto ao mapa. O campo ocorreu no período da manhã, na escola estadual indígena localizada dentro da TI, e contou com a participação direta de 6 a 12 pessoas da aldeia que variaram a sua presença ao longo da execução dos trabalhos. Foi solicitado aos participantes que desenhassem suas expectativas da comunidade sobre o uso do solo de suas terras, ou seja, qual a atividade ou estrutura que eles esperavam que fosse realizada ou construída em determinada localização do território. Foi solicitado também que eles desenhassem no mapa as atividades que já ocorrem no entorno e

[3] https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/terras-indigenas/geoprocessamento-e-mapas

que desejavam que fosse melhorada de alguma forma, como por exemplo a área de plantio que passa por estruturação e necessita de mais investimentos.

É importante ressaltar que a escolha das metodologias utilizadas foi feita em conjunto com a equipe do Centro de Formação *Tataendy Rupa* e as lideranças das aldeias, nos diversos encontros realizados para a produção do PGTA. O Centro de Formação localiza-se na aldeia Itaty e foi criado para o fortalecimento das aldeias da TI Morro dos Cavalos, possibilitando a realização de encontros, oficinas, mutirões e receber pessoas de fora (SCANAVACA, 2020). Antecedendo à oficina de desenho dos mapas, houve momentos de diálogo e reuniões internas preparadas pelas lideranças e dedicadas exclusivamente à comunidade, nos quais, segundo relatos da professora, foram discutidos os aspectos importantes a serem abordados nos desenhos.

Considerando que o etnomapeamento é baseado no interesse, no olhar e na compreensão indígena sobre o espaço (FUNAI,2021) a pesquisa realizada é caracterizada como qualitativa, pois tem como objetivo principal a compreensão sobre um grupo social sem considerar informações métricas. Nas pesquisas qualitativas preocupa-se mais com os aspectos reais que não podem ser quantificados, focando na compreensão e explicação das relações sociais e com o meio (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). Além disso, este tipo de pesquisa se ocupa com os significados, razões, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que confere um lugar mais profundo das relações, dos espaços e dos fenômenos que não podem ser reduzidos a uma articulação de variáveis (MINAYO, 2007).

Apesar de eu ter tido apenas uma experiência *in loco* com a comunidade, todas as análises feitas a partir deste diário de campo são influenciadas por memórias, para além da sua sistematização como documento analítico, pois, ao longo da realização do projeto houve reuniões com as pesquisadoras envolvidas e um campo técnico de levantamento de dados topográficos, os quais geraram memórias individuais que representam a subjetividade e visão de mundo construídas a partir de experiências coletivas (GUEDES-PINTO et al, 2008). Ademais, a pesquisa aqui realizada possui características qualitativas etnográficas, pois utilizou-se da interferência ativa da pesquisadora e de dados essencialmente descritivos (OLIVEIRA et al.,2017).

A análise qualitativa do diário foi realizada através da metodologia de análise de conteúdo de Bardin (2006). O método é baseado em três etapas, sendo a primeira delas a de pré-análise, que consiste numa leitura flutuante e definição do que será analisado (MOZZATO & GRZYBOVSKI, 2011). A segunda foi a geração de 3 categorias de análise analítica que

possibilitaram um recorte de discussão da percepção da autora sobre a participação da comunidade, sendo elas:

1. Variedade de faixas etárias que participaram do campo de Etnomapeamento;
2. Problemas socioambientais e possíveis soluções;
3. Relação dos participantes com a cartografia.

Para a categoria 1, os participantes indígenas dos campos realizados não foram questionados sobre suas idades e não houve uma contagem de pessoas ao longo da realização do mesmo. Sendo assim, foi considerado três subcategorias de faixas etárias: (a) jovens (b) adultos e (c) sêniores. A categoria 2 busca aprofundar sobre os problemas que põe em risco a utilização socioambiental da TI e quais soluções a comunidade sugere para mitigar essas questões a partir da construção dos mapas. A categoria 3 abrange o reconhecimento de um mapa cartesiano hegemônico por parte dos participantes em relação ao ambiente em que vivem com o intuito de analisar a atuação da cartografia em oferecer subsídios que podem potencializar a luta pelo território junto ao Estado, que apenas compreende o território através do olhar representacional e realista (CARDOSO, 2013). Uma análise crítica e reflexiva sobre os documentos foi realizada como parte da última etapa do método aplicado e é apresentada nos resultados e discussões do presente trabalho. Além do texto escrito em diário de campo, também foram consideradas como fontes de análise, as fotografias tiradas ao longo do campo de etnomapeamento.

Foi realizado no dia 10/08/2019 um campo técnico de levantamento de imagens aéreas com um veículo aéreo não tripulado (VANT) de asa fixa (Ebee X) e receptor do tipo *Global Navigation Satellite System* (GNSS) *Topcon RTK Hiper V*. O levantamento aéreo ocorreu no entorno da praça central do bairro da Enseada do Brito e os pontos de apoio foram desenhados próximo a aldeia *Yaka Porã*, e beira da rodovia BR-101. As imagens capturadas nesse campo foram processadas no software Pix4D. Para a construção dos mapas cartográficos feitos cooperativamente entre os integrantes do grupo de pesquisa do curso Técnico em Agrimensura foi utilizado o software *QGis* nas versões 2.2 e 3.4. Os símbolos desenhados pela comunidade no campo etnográfico, foram representados cartograficamente através de uma readaptação de um trabalho feito anteriormente na TI Morro dos Cavalos utilizando o software *Inskcape* 1.1.1.

O campo técnico de topografia em conjunto com os dados etnográficos fora utilizado no âmbito do projeto de extensão do IFSC para a construção dos mapas do PGTA da TI Morro dos Cavalos. Ao longo da realização do mesmo, foram construídos mapas prévios que já estão sendo utilizados pelas comunidades como ferramenta de defesa sobre ações de compensação ambiental em andamento. O presente trabalho utilizou como fonte de dados para análise

qualitativa, os dois croquis desenhados em campo pela comunidade (Anexo II e III), o mapa de Manejo de Pinus (Figura 5) e o mapa síntese geral da TI Morro dos Cavalos (Anexo VI).

O processo de etnomapeamento aplicado em comunidades tradicionais costuma se fechar em um ciclo onde a própria comunidade analisa os resultados dos mapas, fazendo questionamentos e pedidos de alterações sobre os mesmos. Porém, com a pandemia de covid-19, no ano de 2020, não foi possível realizar estes encontros com a comunidade para coletar informações sobre a perspectiva dos envolvidos em relação ao trabalho realizado dentro do projeto de extensão do IFSC e a construção do PGTA. Foi aplicado então, um questionário com perguntas abertas à liderança indígena da TI Morro dos Cavalos, Eunice Antunes, de nome Guarani, Kerexu Yxapyry. Consideramos para este trabalho a fala de uma pessoa que representa a comunidade e que acredita que seu povo é envolvido com as pessoas, com o ambiente e a biodiversidade, além de ser uma mulher de luta e de inspiração (SCANAVACA, 2020). Historicamente, as mulheres indígenas foram excluídas da participação política e de posições de liderança por uma influência europeia dominante. Apesar disso, elas sempre foram as primeiras a enfrentar invasores e a gerir as fronteiras territoriais por conta da sua presença mais assídua dentro das comunidades (NICÁCIO, 2019). Por tudo isso, acredita-se que a visão de uma mulher e líder política, consegue nos mostrar aspectos abrangentes e sistêmicos dos sentimentos e desejos da sua comunidade, ainda que não de forma harmônica.

Desse modo, os critérios de análise das respostas do questionário foram estruturados considerando que, eventualmente, a visão de uma única pessoa não representa de maneira uniforme o pensamento coletivo. Foram 4 critérios formulados:

1.Participação da comunidade;

2.Relações com o meio ambiente;

3.Relação entre a confecção e utilização dos mapas com o Plano de Gestão;

4.Relações entre a comunidade indígena e o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro.

Todos os áudios recebidos foram transcritos a fim de enriquecer o processo de análise e discussão dos mesmos (Anexo V). Pois quando se têm transferido para uma linguagem escrita as falas de uma pessoa, é possível fazer uma análise mais minuciosa e até comparativa entre áudio e escrita (CASSAB & RUSCHEINSKY, 2004). As análises foram discutidas a partir dos critérios selecionados e não houve uma sequência de discussão a partir da ordem das perguntas aplicadas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O plano de gestão da TI possui um caráter de proteção social às gerações indígenas futuras e por isso, a presença de jovens durante o campo de etnomapeamento é considerada importante. Expor as perspectivas pessoais sobre o próprio futuro e o da sua comunidade é essencial para a construção de um plano de gestão. Pois a partir destas perspectivas consegue-se prever aquilo que há de ser melhorado, alterado e até, construído. Segundo o diário de campo, houve no encontro de etnomapeamento não só a presença de jovens indígenas, mas uma participação bastante ativa dos mesmos, como podemos constatar na Figura 1. Na fotografia é possível observar um diálogo tímido entre as participantes do grupo mais a frente e aparentemente bastante descontraído. O segundo grupo conversando em conjunto com a professora Evelin, mais ao fundo, apresenta uma variação etária entre os integrantes, inclusive com a presença de crianças. Essa diferença se evidencia na Figura 2, que mostra os diálogos de uma criança e um adulto em conjunto com a professora. Comparando as duas fotografias citadas, também conseguimos observar como os indígenas participaram de forma inconstante da atividade, estando uma hora desenhando sobre os mapas ou discutindo e outrora apenas observando ou conversando com outras pessoas.

Essa relação entre gerações está evidenciada também no diário de campo, quando descrevo uma situação vivenciada com um indígena presente no dia: "(...) um senhor quase centenário me chamou muito a atenção pois apesar de não se comunicar em português tão bem, estava bastante animado em participar, incentivando os mais jovens a desenharem e perderem a vergonha. (...)". Essa fala nos mostra como a participação ativa dos mais jovens é incentivada pelos mais experientes viventes nas aldeias, assim como a Figura 2 nos aponta que a participação de crianças não demonstra um caráter com menos significado entre eles por ser uma criança. O que considero bastante importante porque afinal, serão os mais jovens que permanecerão na TI nas próximas décadas e quem possivelmente irão colher mais frutos daquilo que se pretende gerir a partir do trabalho desenvolvido.

Figura 1 - Grupos de indígenas dialogando e desenhando sobre o mapa, com a presença da professora Evelin e do Cacique Teofilo.

Fonte: Própria autora.

Figura 2 - Participação dos indígenas na confecção dos mapas com o auxílio da professora do curso técnico em Agrimensura (IFSC/ Florianópolis) Evelin Gonçalves.

Fonte: Própria autora.

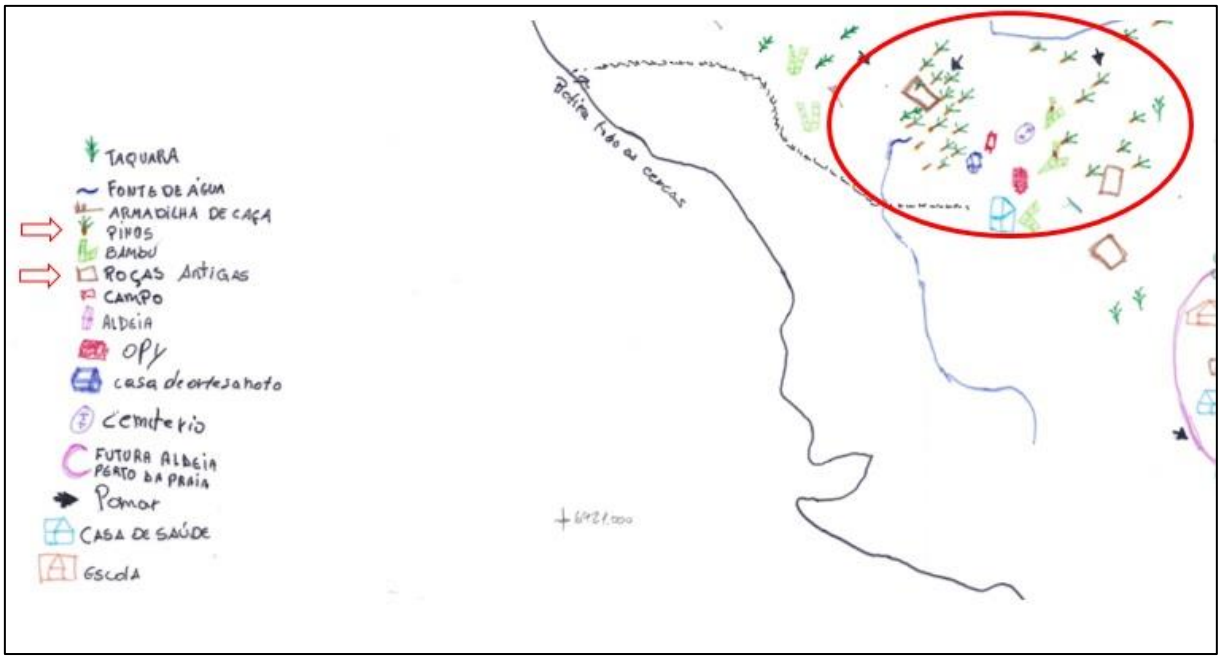
Considero assim, as comunidades tradicionais como exemplos vivos e resistentes de uma práxis crítica às questões socioambientais. A comunidade Guarani do Morro dos Cavalos nos comunica isso quando se observa essa participação ativa de diferentes gerações em um evento que intenciona gerar uma ferramenta que contribua para uma melhora na sua qualidade

de vida. Pois essa relação horizontal e respeitosa entre pessoas mais velhas e os mais jovens é fundamental nos processos de aprendizagem dos vínculos comunitários e com a natureza, segundo a perspectiva crítica da educação ambiental (MMA, 2004). Saber que existe uma participação ativa de diferentes gerações para a construção do Plano de Gestão nos faz refletir também sobre a subjetividade ecológica que é transferida cotidianamente nas relações comunitárias indígenas. O processo de fala e de transferir conhecimentos dos mais velhos para os mais novos, pode ser comparado com a atuação de um professor como formador de opinião e subjetividades diversas. No caso da comunidade indígena o sujeito ecológico se mostra em constante formação considerando que as suas atitudes são voltadas à conservação, não só do próprio território, mas da natureza em sua inteireza.

Durante a minha participação no campo de etnomapeamento, estive na maioria do tempo trabalhando com um grupo de indígenas mais jovens sobre um dos croquis desenhados (Anexo II). Pude perceber ao longo dessa vivência que os anseios desenhados no papel para uma terra futura estavam em sua maioria, relacionados com problemas ambientais que ocorrem no presente ou que são consequências de impactos já ocorridos. Essa percepção se deu através do meu diálogo com os mesmos, no qual havia um tom de indignação e tristeza por parte delas quando apontavam no mapa alguma situação e respondiam às minhas perguntas curiosas sobre os problemas. Perceber esse sentimento faz parte de um processo subjetivo que expresso em uma das falas do diário de campo: “Esse grupo de meninas mais jovens e um moço conseguiram desenhar em seu mapa locais bastante importantes para a manutenção e auto sustentabilidade da aldeia como um todo e mostraram uma revolta perceptível em relação à presença de mata de pinus invadindo diversas áreas da TI.”.

Esta percepção de indignação talvez não fique clara apenas em desenhos, mas os mesmos podem nos esclarecer que os indígenas mais jovens e participantes conseguiram expressar, entre rabiscos, que há um problema ambiental naquele espaço, nos comunicando sua subjetividade como sendo sujeitos ecológicos e protagonistas de um processo de educação ambiental. No caso do problema da invasão dos pinus, os jovens desenharam a região que havia uma roça antiga, mas que hoje é tomada por essa espécie invasora (Figura 3), o que caracteriza um problema ecológico bastante comum quando da presença de alguma espécie exótica, que é a competição gerada entre as espécies nativas e não nativas. Como projeto futuro, os indígenas também descreveram no croqui o desejo de criar pomares em locais onde hoje há presença da espécie invasora, como pode ser visualizado na Figura 4.

Figura 3 - A elipse vermelha no desenho aponta a região de pinus em sobreposição a área de roça antiga desenhada pelos indígenas, descrita na legenda e sinalizadas com flechas vermelhas.



Fonte: Mapas desenhados no campo de Etnomapeamento.

Figura 4 - Parte do croqui desenhado pelos indígenas onde aponta o desejo de se estabelecer pomares de frutas em locais onde há invasão de Pinus.

Fonte: Recorte da imagem escaneada do croqui 02.

Em uma caracterização do que seriam povos tradicionais Alves *et al*. (2013) cita que as práticas de produção dentro dos seus espaços são voltadas quase que exclusivamente para a subsistência da comunidade como um todo. Sendo assim, as roças inativas por conta da invasão de espécies exóticas representam um problema não só ecológico por si só, mas também socioambiental. Pois o desequilíbrio causado naquela área impacta diretamente a capacidade de autonomia alimentar das indígenas da TI Morro dos Cavalos. Contudo, o protagonismo ambiental destes sujeitos ecológicos durante o campo de etnomapeamento, já possibilitou a eles benefícios em relação a este problema com a implantação de um programa de manejo da espécie *Pinus elliottii*. Esse processo de recuperação da área foi planejado a partir de técnicas agroecológicas em conjunto com os conhecimentos e tradições culturais da comunidade. Além disso, teve apoio da equipe técnica de construção do PGTA, que trazem em um relato suas perspectivas sobre a ação de manejo para a comunidade:

> O impacto positivo causado possibilitou a melhorias na qualidade de vida, a construção de novas moradias, símbolo de bem-estar e empoderamento para as famílias que já demonstram grande entusiasmo com o plantio de frutíferas e árvores nativas. Cultivar o próprio alimento em sinergia com a floresta é apenas um dos grandes potenciais que o Plano de Gestão Territorial e Ambiental pode representar nas comunidades indígenas e na luta pelo território. Parte do seu papel passa por fomentar e sistematizar ferramentas para a realização dos sonhos coletivos e individuais. (Correa, Scanavaca & Gonçalves, 2020, p.5)

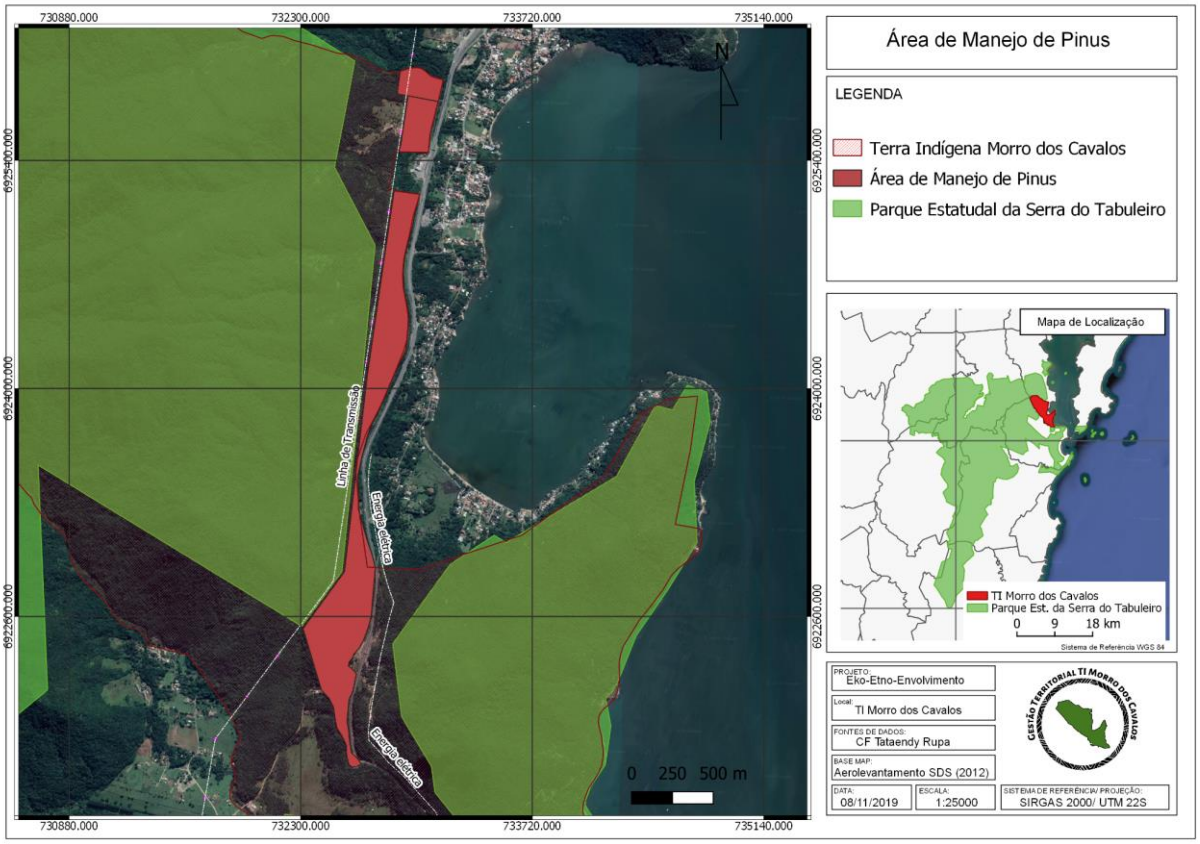
Recuperar uma área degradada e possibilitar que ela volte a ser produtiva é essencial para a manutenção da vida comunitária indígena. Esse processo de reflorestamento é uma ideia já praticada dentro das sociedades Guaranis e segundo eles, nunca será terminado (LADEIRA *et al*, 2017) assim como o processo de construção dos sujeitos ecológicos. (CARVALHO, 2002). Além disso, esse relato dos atores externos nos mostra muito além dos benefícios que o etnomapemanto trouxe à comunidade em questão. Ele nos apresenta também como o processo de construção dos mapas e do PGTA foi baseado em vivências de educação ambiental. Pois as áreas que estão sendo manejadas (Figura 4) assim o puderam ser, por conta da participação da própria comunidade quando se dispuseram às relações interculturais e mobilizaram o apoio desses atores externos.

O mapa síntese gerado pelo projeto de extensão mostra a delimitação das áreas onde estão ocorrendo o manejo do Pinus e a sobreposição entre a TI do Morro dos Cavalos e o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, que é uma UC de proteção integral. Segundo a fala de Kerexu em resposta ao questionário, a relação da TI com as pessoas e instituições responsáveis pelo Parque tem um histórico de muito conflito, com maus entendidos e déficit de diálogos. Portanto,

na visão dela sobre as expectativas da comunidade em relação a esse problema, o mapa trouxe uma facilitação nesse diálogo com os atores externos. Segundo ela, através dos mapas e do PGTA consegue-se apontar os locais de interesses comuns para a conservação dos recursos naturais, como as fontes de água, por exemplo. Além disso, quando há ocorrência de invasões das áreas que sobrepõe a TI, os indígenas são os que melhor conseguem monitorar e acionar os responsáveis do Parque. Kerexu ressalta também a dificuldade que o Parque tem em realizar ações *in loco* para a preservação, e que os indígenas conseguem mais facilmente porque aquele é o seu espaço de vida e por ser de seu interesse a preservação destes locais.

As unidades de conservação do tipo Proteção Integral no Brasil são baseadas no mito da Natureza Intocada, que isola um local geograficamente para que este seja preservado sem a influência antrópica em qualquer nível (FREITAS, 2008). Porém, há estudos que apontam que, os locais com maiores índices de conservação dos biomas brasileiros estão dentro de Terras Indígenas. Ainda que do ponto de vista jurídico e legislativo o problema da sobreposição da TI Morro dos Cavalos com o Parque do Tabuleiro perdurará por muito tempo, os mapas dentro do contexto do PGTA trouxeram uma possibilidade de melhora no diálogo que se refere a interesses primários comuns, que é a preservação de um espaço natural. Considerando que a EA crítica visa a busca por novas maneiras de relações entre a sociedade e a natureza (SILVA *et al*., 2012), a intensificação desses diálogos entre a comunidade e atores externos no âmbito da construção do PGTA, podem ser considerados espaços de educação ambiental. Pois, através destas conversas, se intenciona o planejamento de ações conjuntas que visam a preservação ambiental e a conscientização sobre os espaços, tanto da TI quanto do Parque Estadual.

Figura 5 - Mapa de manejo de *Pinus elliottii* resultante de uma das etapas de construção do PGTA Eko etno Envolvimento.



Fonte: Projeto de Extensão Etnomapeamento e Etnozoneamento - Apoio na elaboração do Plano de Gestão Territorial e Ambiental (Eko-Etno-Envolvimento) da Terra Indígena Morro dos Cavalos.

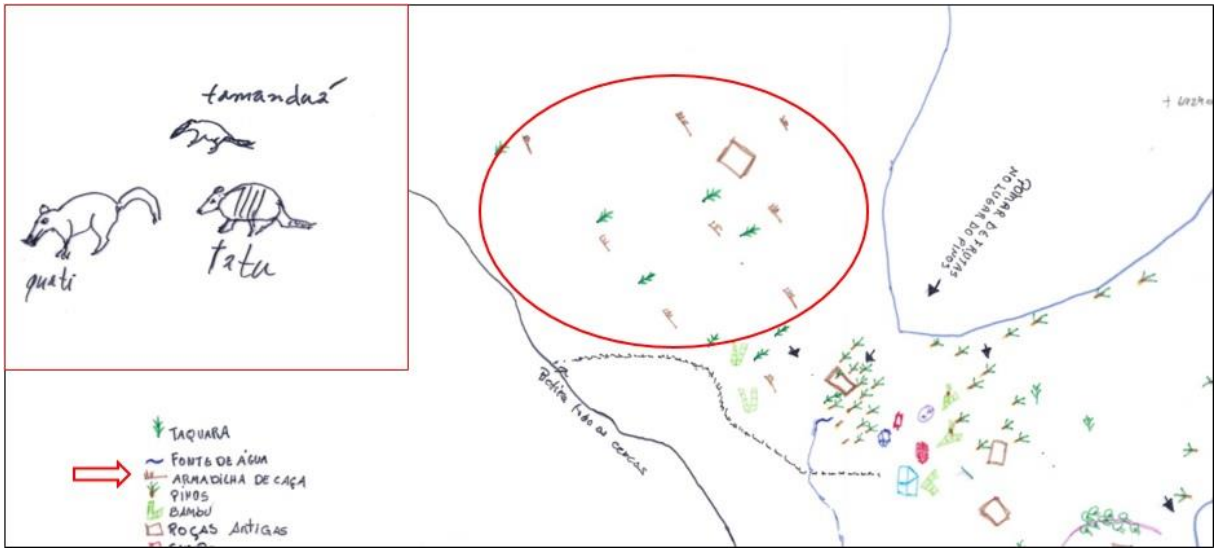
Dentre os outros problemas ambientais percebidos pelos participantes da atividade, foi citado no diário de campo, a questão da invasão da TI por parte de fazendeiros vizinhos, que desmatam a área para a atividade pecuarista, segundo depoimento do grupo. Essa área suprimida reduz o habitat dos animais, o que por consequência, gera um prejuízo cultural e de subsistência, visto que o Povo Guarani busca manter uma relação de coexistência com todos os seres, humanos e não humanos. Esse fato recorrente aparece também nas perspectivas dos participantes na forma de desenhos distintos entre os dois mapas desenhados por eles. Um dos grupos desenhou os animais que são usualmente caçados, como o tatu, tamanduá mirim e quati. O outro grupo desenhou um símbolo que representa a armadilha utilizada na caça desses animais (Figura 5), porém ambos os mapas tiveram representações dos locais de caça equivalentes (Anexo II e III).

Esse processo de refletir e desenhar sobre os locais de importância socioambiental e cultural feito pelos participantes se assemelha a um estudo do meio e os resultados disso não só nos aproxima da realidade indígena, mas também nos torna mais empáticos às suas lutas

(ALMEIDA *et al*, 2017). Ademais, desperta em nós, educadores ambientais ou educandos, um senso crítico às questões de justiça ambiental muito forte. Esta que vai além de ser um termo jurídico, mas também um campo de reflexão. Que nos chama para a mobilização frente aos impactos sofridos por diferentes sociedades, nos fazendo refletir sobre quem ou o que realmente está por trás desses problemas ambientais (MOURA, 2010). Este senso crítico reflexivo é um dos fatores de formação da nossa identidade como sujeitos ecológicos, que buscam uma mudança na forma como nos relacionamos com o mundo, a fim de desenvolver meios que sejam realmente sustentáveis de viver, tanto para os grupos sociais quanto para a natureza

.

Figura 6 - A figura destaca através da elipse as áreas de caça citadas por um dos grupos de indígenas, além de mostrar os desenhos de animais feitos pelo outro grupo.



Fonte: Croquis 01 e 02 desenhados pela comunidade.

Os mapas sínteses gerados no âmbito do projeto de extensão apresentam três simbologias solicitadas pelos participantes em conversas com a professora Evelin que atentam para a questão das ameaças relacionadas aos limites da TI. Um dos símbolos é um octógono preenchido de vermelho com um círculo preto ao centro que significa Risco de Invasão. O segundo refere-se a um arco e flecha e foi alocado em áreas com históricos de conflitos anteriores, e o terceiro, atenta para as cercas construídas pelos Joruás como forma de "demarcar" uma parcela de terra que supostamente seria deles. Estes símbolos citados estão dentro da categoria de Ameaças, na legenda do mapa (Figura 7). Entre as falas da liderança indígena, Kerexu, sobre as perspectivas da comunidade em relação aos mapas, confirma-se a existência desse problema da invasão como algo a ser combatido através da cartografia, quando ela diz que:

> Os mapas foram tão importantes nesse processo de construção do Plano de Gestão Territorial porque ela traz, mostra né? essa parte física dos limites da Terra Indígena, onde tivemos por longos e longos anos o conflito dos territórios com outras sociedades, outras comunidades que moram ao redor da Terra Indígena. Porque nós não conseguimos mostrar onde realmente estão limitadas a Terra Indígena. Então nesse sentido os mapas vieram trazer essa visibilidade, mostrar de fato onde está a Terra Indígena e como nós vemos ou criamos essa vivência nossa dentro do nosso território.

A fim de projetar essa visibilidade citada por Kerexu, um dos símbolos inseridos na categoria "Projetos" é o de uma placa com desenho vasado e contorno vermelho, cujo objetivo seria sinalizar locais para a instalação de placas com aviso aos Joruás dos limites da TI (Figura 7).

Figura 7 - Recorte da legenda utilizada no Mapa Síntese com os símbolos citados.

Fonte: Legenda extraída do mapa síntese produzido no âmbito do projeto de extensão do IFSC.

Os símbolos categorizados como Araka'E na língua Guarani representam alguns dos projetos sonhados pelas comunidades da TI para o seu território (Figura 7). O posto de saúde foi citado no diário de campo analisado e desenhado pelo grupo acompanhado da professora Evelin, que discutiu durante algum tempo sobre qual a localização ideal para esta estrutura. Neste momento recordo que, estava presente, através de diálogos os indígenas decidiram alocar a casa de saúde próximo da escola estadual, pois este é o um ponto de encontro comum entre todas as aldeias da TI, além de estar próximo da BR-101 que é o acesso principal para os *Joruás*. A casa de saúde é um desejo antigo das comunidades e está relacionado a problemas de acesso a atendimentos de saúde inclusivos, que considerem a cultura e demandas espirituais indígenas. Além disso, há dificuldade de deslocamento até as unidades básicas de saúde fora da TI e a ocorrência de racismo étnico durante estes atendimentos não inclusivos. Essa realidade foi relatada pela professora Evelin em conversas ao longo da execução do projeto de extensão, e considero importante salientá-las para entendermos a dimensão e importância que os símbolos

representam a este grupo de pessoas e que, a partir da concretização dessa ferramenta cartográfica, expectativas passam a ser geradas dentro da comunidade.

Existe no Brasil uma política nacional de atenção à saúde dos povos indígenas, garantida pela Lei nº 9.836/99 conhecida como Lei Arouca. A lei prevê um subsistema de Distritos Sanitários Especiais Indígenas/DSEIS dentro das TIs e o seu funcionamento é baseado em decisões participativas com as comunidades envolvidas (FUNAI). Esperamos que os resultados cartográficos do etnomapeamento e a sua utilização no âmbito do PGTA apoie a conquista desse direito indígena previsto em Lei. Pois, a construção e a utilização dos mapas vêm contribuindo para facilitar a comunicação com os diferentes agentes que interagem no território se mostrando uma importante ferramenta de planejamento, gestão e materialização dos sonhos (GONÇALVES, 2020). Além disso, o projeto de extensão teve como um de seus objetivos o de auxiliar na resolução de problemas socioambientais da comunidade, que são consequências do modelo hegemônico colonizador ao qual estamos inseridos. Inclusive, esta é uma das críticas da EA crítica e por isso consideramos que o projeto de extensão se tornou um espaço de práticas em EA e construção de seres ecológicos, tanto para nós integrantes externos quanto para a comunidade.

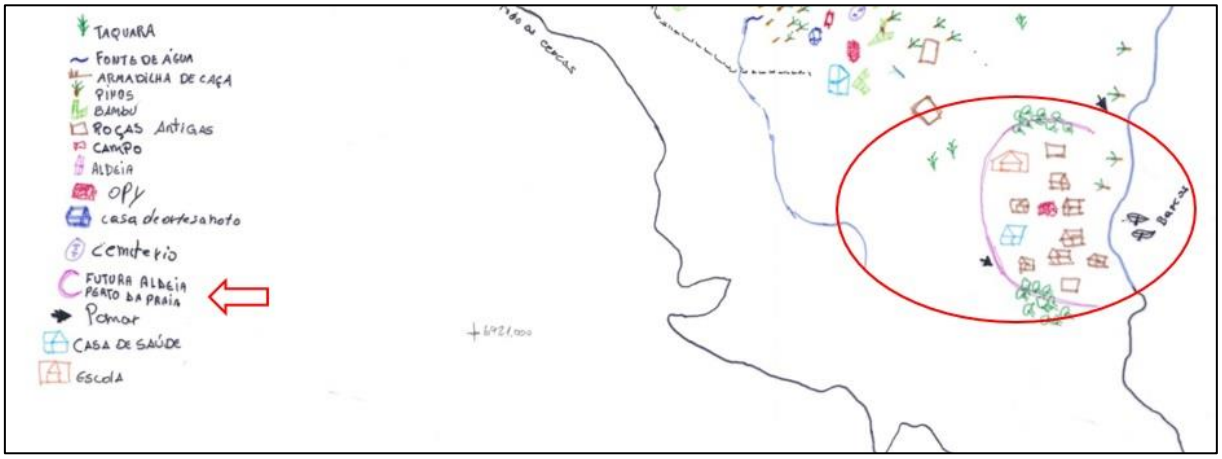
A cartografia atual é caracterizada por essa hegemonia dominante citada, pois a construção de mapas é historicamente utilizada como ferramenta de dominação territorial pelos povos colonizadores, a fim de minimizar o conhecimento e a territorialidade dos povos tradicionais existentes no continente Latino Americano (ANDRADE, 2018). Durante o processo participativo da TI Morro dos Cavalos nos parece que os participantes demonstram uma boa habilidade de reconhecer os detalhes e localizações de seu território no mapa impresso utilizado, ainda que ele se enquadre no modelo cartográfico eurocêntrico, como percebemos no trecho do diário de campo:

> A graça girava em torno da criação de uma nova aldeia, pois segundo elas, um senhor conhecido mas que não estava presente, tinha o desejo de construir uma nova aldeia numa das regiões mais afastadas da BR-101 e do mar (oeste da TI), enquanto que uma delas tinha o desejo de construir uma nova aldeia na beira do mar..

Os desejos individuais expostos no diário de campo demonstram não só uma boa qualidade de interpretação do mapa cartesiano que conhecemos, mas também, a necessidade de um isolamento das suas aldeias em relação a estruturas urbanas. Nos croquis também conseguimos perceber esses desejos através dos desenhos de novas aldeias como mostra a Figura 7. Atualmente, muitas comunidades indígenas além de não possuírem suas terras

demarcadas pelo governo vivem em situações precárias, em terras localizadas entre beira de estradas e fazendas de produção agrícola ou pecuária (BONIN, 2015). A TI do Morro dos Cavalos não se difere desta realidade, uma vez que a rodovia BR-101 passa por dentro de sua extensão e há ocorrências de problemas de invasões ou desrespeito aos limites da TI, como já foi mencionado.

Figura 8 - A figura destaca através da elipse um local onde se deseja instalar uma nova aldeia. A flecha indica a legenda feita pelos próprios indígenas.



Fonte: Recorte do croqui02 desenhado pelos indígenas.

Esse desejo de afastamento das aldeias segundo o diário, não me parece estar relacionado com uma aversão dos indígenas sobre o povo *juruá*, mas sim à baixa qualidade ambiental e ao distanciamento do Bem Viver desejado pelo povo Guarani da TI Morro dos Cavalos. Tal como é relatado pelo indígena Kurá Kanamari, vivente no Amazonas:

> Estamos lutando para viver com nossa cultura, falar nossa língua, comer o peixe pescado na hora, sentir o cheiro da floresta, isso é o Bem Viver! Não é Bem Viver estar à beira da estrada, passar fome, sem a nossa terra, que é a nossa mãe. Quero que meu filho viva a plantação e a colheita, viva do peixe, da água, do alimento. Não quero ver meu filho tendo que deixar a floresta para trás. Nós somos a terra! (BONIN, 2015, p3).

À vista disso, fica evidente a necessidade de um ambiente saudável, preservado e sem intervenções antrópicas altamente destrutivas para que os indígenas consigam alcançar o seu modo de vida ideal. Baseado nos ensinamentos ancestrais e que mantém uma relação harmônica com a natureza, a fim de garantir a preservação do meio para os viventes no tempo presente e para as gerações futuras.

Quando questionada sobre a importância dos mapas para a comunidade no que tange a gestão ambiental necessária para alcançar essa qualidade ambiental demandada, Kerexu afirmou que:

> Dentro desse processo de construção da gestão do território, os mapas então estão marcados pela própria comunidade, onde precisa fortalecer por exemplo os materiais que nós usamos para fazer nossos artesanatos, as medicinas da mata, onde nós temos e onde nós precisamos fortalecer ainda mais. E com isso, ele se torna um manejo de todo o espaço e território onde a gente se utiliza né, recorre a esses recursos naturais.

Para nós, a fala dela reforça a autonomia idealizada sobre o uso dos espaços pela própria comunidade, quando elas desenham locais onde desejam viver e construir uma aldeia. Ademais, alguns dos recursos citados por Kerexu, foram desenhados em ambos os croquis feitos pela comunidade e transferidos para o mapa síntese na categoria denominada de "Ambientes e Práticas Atuais" (Figura 7). A inserção desses símbolos nos mapas, porém, possui um significado diferente sobre os recursos para os indígenas. Pois diferentemente de nós Joruás, aquilo que está na natureza será sempre um recurso, mas por conviverem diretamente com a biodiversidade, os indígenas enxergam todos os tipos de vida como seres que também possuem valor simbólico com significados para além do simples uso (SILVA, 2001).

O PGTA da TI Morro dos Cavalos possui um título bastante curioso, cuja definição perpassa por vários aspectos analisados no presente trabalho. Segundo a fala de Kerexu, cada palavra inserida no nome tem significado relacionado aos objetivos do Plano como um todo. O termo Eko refere-se a vida porque segundo ela "(...) porque a gente teve muitos outros conflitos né, onde sofremos vários ataques dentro do nosso território e não tinha ninguém responsável por isso. Então a partir desse momento a gente decide fazer esse plano de gestão territorial pensando primeiramente na vida (...)". O termo etno refere-se ao fato de se tratar de uma comunidade tradicional, uma comunidade que intenciona trabalhar junto para planejar o seu espaço. Por último, o termo envolvimento está relacionado com a participação da comunidade:

> A gente colocou essa palavra envolvimento porque a partir desse momento que a gente coloca esse envolvimento, toda a comunidade se envolve e decide como que vai fazer essa proteção, como que vai fazer esse manejo. Como que vai fazer é, trazer esse sustento aqui de dentro da Terra Indígena mesmo, sem precisar manipular, sem precisar esperar que alguém venha e faça né. Então nesse sentido, quando a gente colocou esse nome de envolvimento, a gente pensou cada família se envolver dentro desse projeto, desse plano de gestão que não é focado a uma pessoa, á uma liderança, á um cacique, á uma autoridade, mas que toda a comunidade fosse então, autor dessa gestão, dentro

> do território e assim sendo então, ela começa a se envolver como parte do território e ocupando cada vez mais esses espaços sem ter medo, sem ter esse receio de ser por exemplo, proibido ou restrito por alguém que viesse de fora e dissesse o que a gente devia ou não devia fazer dentro do nosso território.

Kerexu destaca também que a comunidade considerou em utilizar o termo desenvolvimento, mas que este daria a entender que a TI continuaria dependendo de pessoas ou entidades externas para exercer o uso de seus espaços.

Dentro da perspectiva de construção coletiva do PGTA, os Guaranis da TI Morro dos Cavalos nos apontam no diário de campo aqui analisado, nos croquis rabiscados e nas falas de Kerexu que, há para eles um sonho coletivo de recuperar o "Bem Viver" como modo de vida. Este é baseado em uma relação umbilical com a natureza, com respeito entre os diferentes tipos de vida e uma relação onde nós, seres humanos, somos considerados parte de um todo (Dallas Rosa, 2019). Essa resumida "definição" do Bem Viver está inserida nos conceitos de educação ambiental crítica, e nos mostra o quão necessário é estabelecer relações de apoio e compartilhamento com as comunidades tradicionais. O indígena Maurício da Silva Gonçalves deixa isso muito evidente quando diz que o Bem Viver dos Guarani é compartilhado com todas as pessoas que vivem ao seu redor. É por isso que os Guarani podem ajudar os brancos e, ao mesmo tempo, os brancos podem ajudar os Guarani a recuperar a sua terra (BONIN, 2015, p3).

O Bem Viver Guarani referido está em total sincronia com os aspectos básicos para a formação de um educador ambiental ecológico. Pois, esse modo de vida parte de uma perspectiva ética humana com a natureza - e por natureza inclui-se também a ética entre seres humanos; a solidariedade, que se torna o pilar de sustentação para estas práticas éticas e ainda, o aspecto político, que é extremamente necessário nas relações dentro da comunidade como um todo mas também com pessoas ou entidades externas (CAVALARI, 2006). Sendo assim consideramos que as comunidades tradicionais indígenas são exemplos vivos e pulsantes de sujeitos ecológicos, que sem perceberem, exercem processos educativos nas suas próprias relações comunitárias e quando se dispõe a compartilhar seus conhecimentos para o Bem Viver com o "povo branco".

4 CONCLUSÃO

O etnomapeamento demonstrou através das análises feitas aqui, um grande potencial como ferramenta de comunicação entre atores externos e membros da comunidade Guarani, assim como ajudou na construção das percepções ambientais e na localização das prática culturais, o que auxilia na construção para a autonomia da TI Morro dos Cavalos frente as disputas políticas e de demarcação das terras. Através dos desejos coletivos representados em desenhos e na fala de Kerexu, observamos que, a comunidade já colhe frutos possibilitados através dos documentos cartográficos gerados. A apropriação dessa ferramenta hegemonicamente aceita, que é a cartografia, vem facilitando a comunicação entre os Guaranis e os atores externos. Essa facilitação é necessária no processo de garantias de direitos e da terra, além de ser uma oportunidade para a formação de sujeitos ecológicos. Pois coloca nós, *Joruás*, em uma posição de educandos, onde despertamos para uma relação mais harmônica com a natureza e entre as sociedades. Ademais, a participação indígena ao longo desse processo foi essencial para a concretização dos trabalhos realizados, pois nos aproximou da forma como eles se relacionam com o meio e nos fez entender um pouco mais sobre os seus sonhos para a construção de novos mundos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Elson Pereira de *et al*. **CONSTRUÇÃO COLETIVA DE ETNOMAPEAMENTO PARA O ENSINO DE GEOGRAFIA EM TERRAS INDÍGENAS. In: SEMINÁRIO DE PROJETOS DE ENSINO**, 1., 2017, Nova Marabá. Nova Marabá: Unifesspa, 2017. p. 1-5.

ALVES, Jéssica Pontes et al. Cartografia Social e Etnomapeamento com Comunidades Tradicionais localizadas nos rios Trombetas e Mapuera, Amazônia Oriental, Brasil. In: **ENCUENTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA**, 14., 2013, Peru: Não publicado, 2013.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo** (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trads.). Lisboa: Edições 70, 2006. (Obra original publicada em 1977).

BAVARESCO, Andréia; MENEZES, Marcela. **Entendendo a PNGATI: Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Indígenas**. – Brasília: GIZ/Projeto GATI/Funai, 2014.

BONIN, Iara. **O Bem Viver Indígena e o futuro da humanidade**. Porantim. Brasília, dez. 2015. p. 1-4. Disponível em: https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2020/01/Porantim381_Dez_Encarte-2015.pdf Acesso em: 05 ago. 2021.

BRASIL (Estado). Constituição (1988). Decreto nº 1775, de 8 de janeiro de 1996. **Dispõe Sobre o Procedimento Administrativo de Demarcação das Terras Indígenas e Dá Outras Providências. Brasília**.

BRASIL. Constituição (1988). Decreto nº 7.747, de 05 de junho de 2012. **Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – Pngati, e Dá Outras Providências**. Brasília.

BRASIL. Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 1993. **Promulga a Convenção no 169 da Organização Internacional do Trabalho - Oit Sobre Povos Indígenas e Tribais**. Brasília.

CARDOSO, Thiago Mota. **Malhas territoriais: técnicas, conhecimentos e cosmopolítica do ato de mapear territórios indígenas**. Anais da IV Reunião de Antropologia da Ciência e da Técnica (REACT), Campinas, 2014. 28 p. Disponível em: https://ocs.ige.unicamp.br/ojs/react/article/view/1219. Acesso em: 28 setembro 2021.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **A invenção ecológica: narrativas e trajetórias da Educação Ambiental no Brasil**. 2a edição. Editora da Universidade Federal do RS. Porto Alegre: 2002.

CASSAB, Latif Antonia; RUSCHEINSKY**, AloÍsio. **Indivíduo e Ambiente: A Metodologia de Pesquisa da História Oral**. Biblos, Rio Grande, v. 16, p.25-36, dez. 2004. Semestral.

CORREA, Felipe Mathia; SCANAVACA, Raiza Padilha; GONÇALVES, Évelin Moreira. **Agroecologia para o Nhandereko: fortalecendo a luta pela homologação da terra indígena do Morro dos Cavalos e a construção do bem viver**. Relato de experiências. Congresso Latino Americano de Agroecologia. 2020. Aguardando publicação.

CORREIA, Cloude de Souza. **Etnozoneamento, etnomapeamento e diagnóstico Etnoambiental: Representações cartográficas e gestão territorial em terras indígenas no estado do Acre**. 2007. 431 f. Tese (Doutorado) - Curso de Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

FREITAS, Catarina Dias de. **A Educação Ambiental nas Unidades de Conservação**. Sinapse Ambiental, Betim, Edição Especial, p. 67-85, abr. 2008.

Fundação Nacional do Índio. **Funai**, c2019. Índios no Brasil. Disponível em: < http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>. Acesso em: 20 de dez. de 2019.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da Ufrgs, 2009. 120 p. (Educação á Distância).

GUEDES-PINTO, ANA Lucia; GOMES, Geisa Genaro E Silva, BORGES Leila Cristina. **Memórias de leitura e formação de professores**. Campinas, Mercado das letras: Campinas, 2008.

KRENAK, Ailton Alves Lacerda. **O amanhã não está à venda**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LADEIRA, Maria Elisa. **Desafios de uma política para a educação escolar indígena**. Revista de Estudos e Pesquisas, Brasília, v. 1, n. 2, p. 141-155, dez. 2004.

LADEIRA, Maria Inês *et al*. Plano de Gestão Ambiental e Territorial em Terras Indígenas Guarani. Porto Alegre, 2017.

MATTEVI, Rafaela. ***Nhandereko Tenonde Rã* O futuro da nossa cultura: A demarcação da Terra Guarani de Morro dos Cavalos – Palhoça (SC)**. 2011. 120 f. TCC (Graduação) - Curso de Jornalismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**. **Pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: HUCITEC, 2007.

MORRO dos Cavalos: Terra Guarani. Música: Pave Jajerojy. Palhoça: Comissão Guarani Yvyrupa Cgy, 2015. (14 min.), P&B.

MOURA, Danieli Veleda. **Injustiça Ambiental: Um Instrumento de Cidadania**. Qualitas: Revista Eletrônica, Campina Grande, v. 9, n. 01, p. 01-10, jul. 2010.

MOZZATO, Anelise Rebelato; GRZYBOVSKI, Denize. **Análise de Conteúdo como Técnica de Análise de Dados Qualitativos no Campo da Administração: Potencial e Desafios**. RAC, Curitiba, v. 4, n. 15, p. 731-747, julho/agosto 2011.

NEIRA, Juan Carlos Aguirre. **Ocupação e Gestão Territorial de Indígenas MBYÁ-GUARANI: Análise a partir da formação da Aldeia: *Intanhaen*, em Santa Catarina -**

Brasil. 2008. 170 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Agrossistemas, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federam de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

NICÁCIO, Mário. **Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Manoá-Pium: Estratégias para implementação**. 2019. 118 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado Profissional em Desenvolvimento Sustentável Junto A Povos e Territórios Tradicionais, Centro de Desenvolvimento Sustentável-CDS, Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

NOELLI, F. **A Ocupação Humana na Região Sul do Brasil: Arqueologia, Debates e Perspectivas.** 1872-2000. Revista USP, (44), 218-269.

OLIVEIRA, Priscila de; AGUIAR, Paula Alvez; PEREIRA, Giselia Antunes. **Diários Colaborativos como Fonte de Análise de uma Experiência Vivenciada no Curso de Especialização em Educação Ambiental com Ênfase em Formação de Professores do IFSC Câmpus São José/SC**. 2018. 24 f. Monografia (Especialização) - Curso de Especialização em Educação Ambiental Com Ênfase na Formação de Professores, Instituto Federal de Santa Catarina, São José, 2018.

REIGOTA, Marcos. **O que é Educação Ambiental?** Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Editora Brasiliense, 2001.

SCANAVACA, Raiza Padilha. **Caminhos para guaranizar a educação em ciências: envolvimento e luta na terra indígena do morro dos cavalos**. 2020. 155 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Tecnológica, Centro de Ciências da Educação - CCE, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

SILVA, Claudia Maria Moreira da. **"Em Busca da Realidade": A Experiência da Etnicidade dos Eleotérios (CATU/RN)**. 2007. 281 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

ANEXO I – Diário de Campo Etno Geográfico - TI Morro dos Cavalos:

No dia 31 de novembro de 2019 foi realizado um campo na escola estadual indígena da aldeia Itaty, que faz parte da comunidade Guarani no Morro dos Cavalos (Palhoça - SC). O encontro aconteceu no período da manhã com o auxílio do cacique da tribo, Teófilo, que ajudou na divulgação do encontro e no convite direcionado a comunidade.

Foram levados dois mapas de localização da TI impressos em folhas do tamanho A1, bem como folhas do tipo vegetal, em branco. Estas últimas foram sobrepostas aos mapas para que os integrantes conseguissem redesenhar o mapa.

A professora Evelin deu início ao encontro explicando um pouco sobre o projeto de Gestão da TI que está em andamento e que já é de conhecimento dos indígenas, e explicou o objetivo do encontro e o que eles poderiam fazer com os mapas caso desejassem. A ideia do campo era a de que os integrantes desenhassem sobre o mapa como eles enxergam e/ou gostariam que os espaços da TI fossem utilizados daqui a 5 ou 10 anos, indicando suas respectivas localizações. “Quais são os sonhos de vocês para com essa terra?” foi a pergunta fundamental que direcionou o encontro.

No início alguns integrantes mais jovens ficaram com vergonha de desenhar e apenas um ou dois indígenas (de meia idade) iniciaram a atividade, timidamente. Um senhor quase centenário me chamou muito a atenção, pois apesar de não se comunicar em português tão bem, estava bastante animado em participar, incentivando os mais jovens a desenharem e perder a vergonha.

Com o passar do tempo, algumas meninas iniciavam seus desenhos em parceria com um jovem de mesma idade, e todas conversavam e riam entre si sobre seus desejos para com a terra. A graça girava em torno da criação de uma nova aldeia, pois segundo elas, um senhor conhecido mas que não estava presente, tinha o desejo de construir uma nova aldeia numa das regiões mais afastadas da BR-101 e do mar (oeste da TI), enquanto que uma delas tinha o desejo de construir uma nova aldeia na beira do mar. Nesse momento senti uma aflição imaginando as condições difíceis as quais elas teriam que enfrentar para estabelecer uma aldeia onde ocorre tanta pressão imobiliária, ainda que a terra de fato, seja delas por direito. De qualquer forma, dei meu melhor sorriso de esperança e desejei que elas conseguissem realizar seus sonhos.

Esse grupo de meninas mais jovens e um moço, conseguiram desenhar em seu mapa, locais bastante importantes para a manutenção e auto sustentabilidade da aldeia como um todo, e mostraram uma revolta perceptível em relação à presença de mata de pinus invadindo diversas

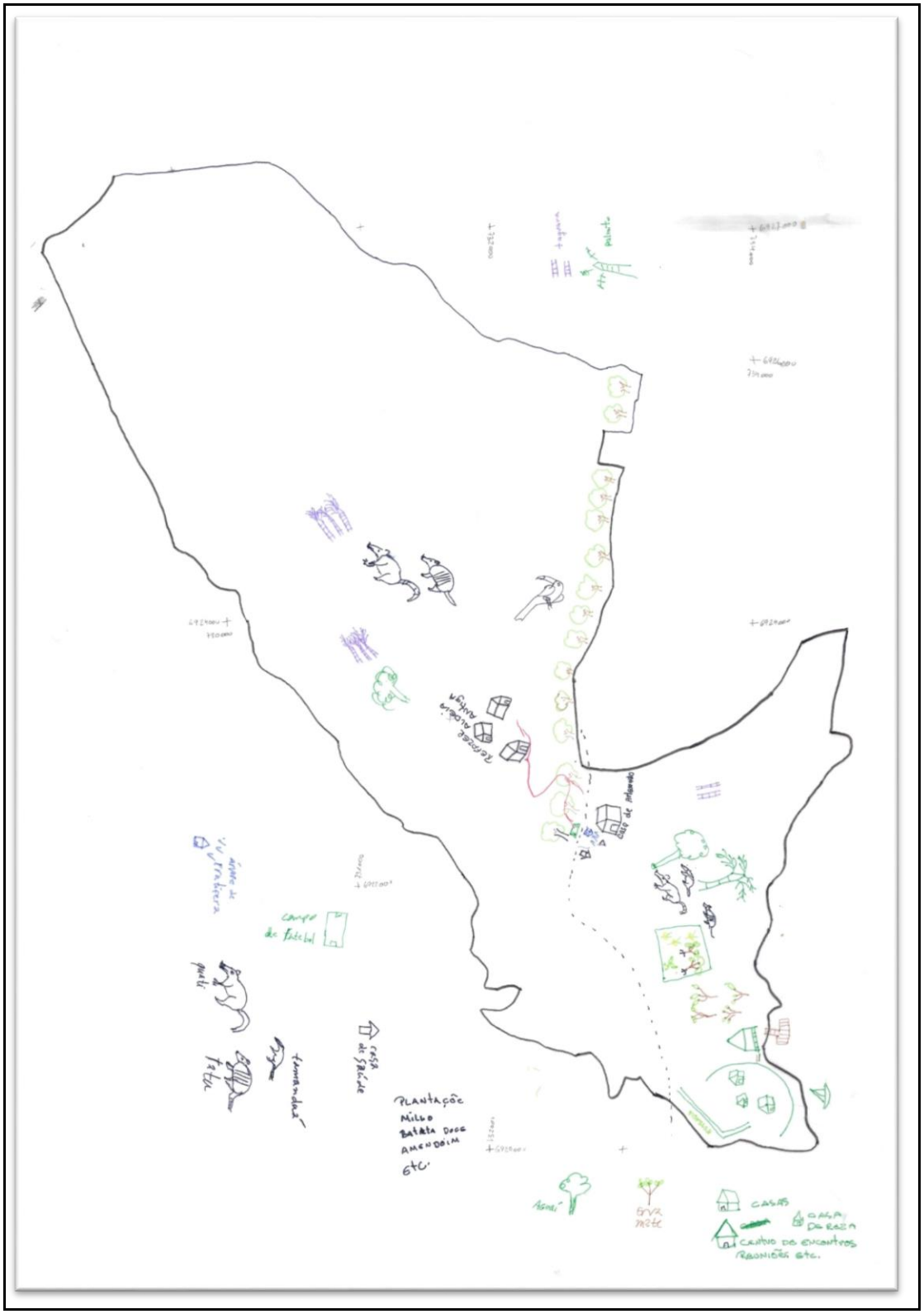
áreas da TI. Contaram-me também sobre uma região entre o Morro e a Baixada do Maciambu, onde fazendeiros tomaram parte da terra destruindo e cercando para criação de gado, o que prejudicou fortemente o exercício da atividade de caça dos indígenas. Esse grupo finalizou seu mapa desejando também a construção de uma nova casa de reza para o estabelecimento da aldeia, pois segundo a tradição Guarani, uma aldeia só se torna uma aldeia de fato, quando há nela uma casa de reza para a realização de cerimônias tradicionais.

O outro mapa ficou sob supervisão da professora Evelin, que conseguiu conversar mais diretamente com os desenhistas, mas participei de um momento em que eles discutiam a construção de um posto de saúde dentro da TI e da sua importância para a manutenção sanitária dos indígenas no local. Segundo documento de compensação ambiental da consultoria responsável pelo processo de licenciamento das torres de transmissão, essa unidade básica de saúde seria restaurada como parte do pagamento da “dívida”, porém ela sequer existe.

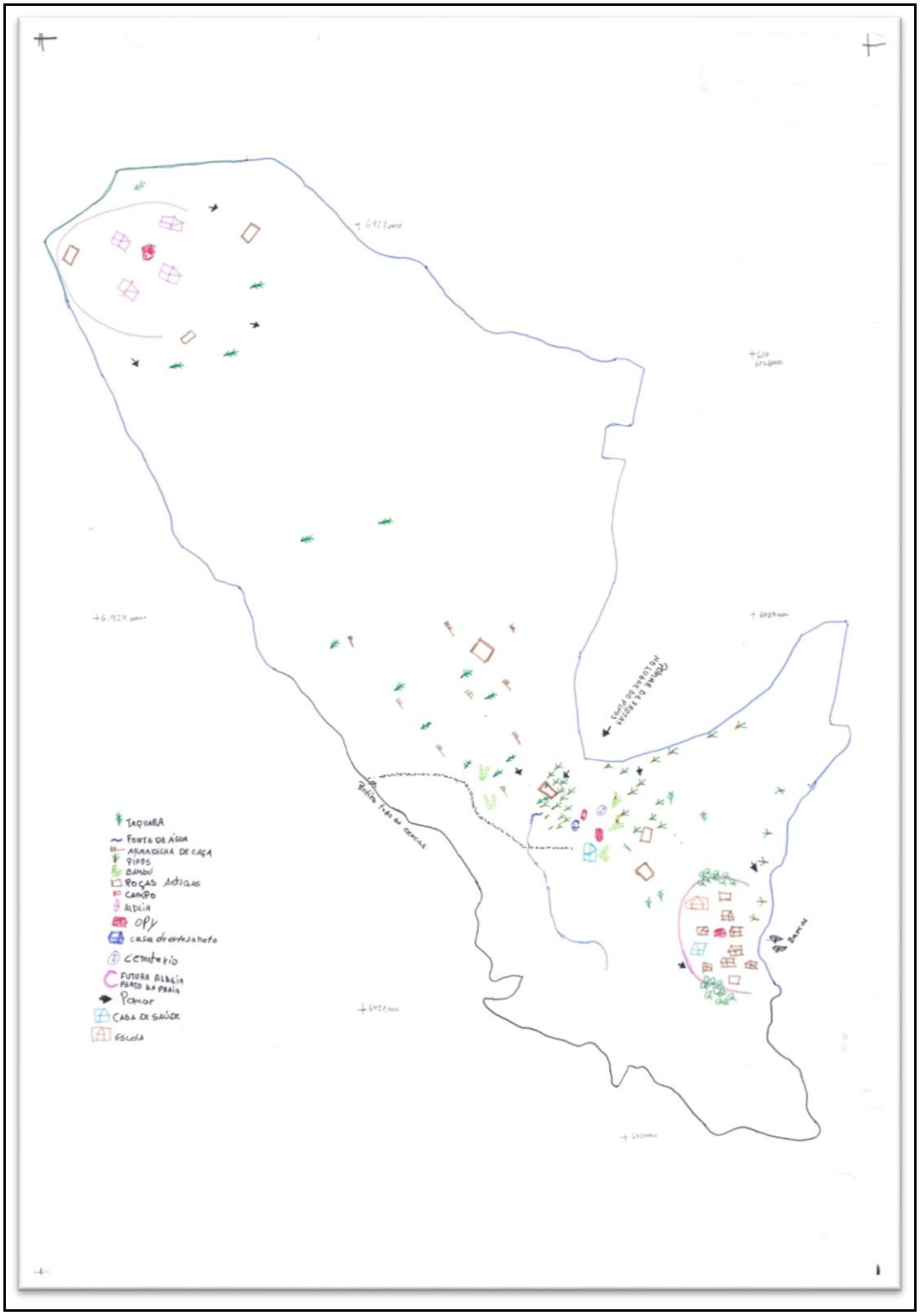
Aos poucos, as pessoas presentes na reunião foram se dispersando em direção a cozinha da escola onde aconteciam almoços coletivos entre eles. Finalizamos nosso encontro agradecendo a todos pela participação e reorganizando a sala de aula como ela estava.

Ana Carolina Schmitz da Silva.

ANEXO II – Croqui 01 Desenhado pelos Indígenas no Campo de Etnomapeamento



ANEXO III – Croqui 02 Desenhado pelos Indígenas no Campo de Etnomapeamento



ANEXO IV – Questionário Aplicado

1. A construção coletiva do plano de gestão territorial do Morro dos Cavalos é um projeto de muitos anos e que envolve muitas pessoas de dentro e fora da TI. Como surgiu a necessidade de confecção de mapas da Terra Indígena para a comunidade? Por que é necessário a produção desses mapas para vocês e para o Plano de Gestão?
2. Durante esses últimos anos, alguns campos foram realizados em conjunto com a comunidade para o levantamento de dados e produção dos mapas. Você avalia que a comunidade teve uma participação efetiva nesses campos? Os moradores e moradoras gostaram de participar destas atividades realizadas?
3. Vocês acreditam que os mapas produzidos a partir do projeto irão ajudar a gestão do território de que forma?
4. Vocês acreditam que os mapas produzidos irão auxiliar na tomada de decisão sobre os espaços da aldeia? os recursos naturais serão melhor aproveitados com o planejamento baseado nos mapas?
5. O que levou a escolha do nome do projeto de criação do plano de gestão da TI: “Eko-Etno-Envolvimento”?
6. Nós do projeto de produção cartográfica tínhamos a intenção de realizar mais campos participativos para coletar o máximo de informações possíveis da comunidade e produzir os mapas de uma forma bastante completa e que fosse suficiente às expectativas de vocês. Porém, em 2020 fomos surpreendidos com uma pandemia e não conseguimos realizar esse contato direto, essa conversa tão importante com vocês. Como o grupo de gestão territorial se sente sobre o andamento em 2020 da criação do plano de gestão? Ele foi prejudicado? O atraso na produção dos mapas prejudicou o PGNATI de alguma forma?
7. Existe uma sobreposição territorial entre o Morro dos Cavalos e o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. Como é a relação entre a comunidade de vocês com a gestão do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro? Existe algum conflito negativo nessa relação?

ANEXO V – Questionário Respondido pela Liderança da TI Kerexu Yxapyry:

1 e 2). Resposta: Durante esses últimos anos, realizamos em conjunto com a comunidade, levantamento de dados e produção de mapas. Eu avalio a participação muito importante da comunidade, dos moradores que moram dentro das comunidades para a realização dessas atividades. E um momento em que a comunidade consegue descrever a ocupação de todo o território, de todas as formas, as áreas. Cada área onde vai ser protegida. Cada área onde precisa ser restaurada. Cada área onde precisa ser fortalecida com a presença do povo Guarani dentro do limite da Terra Indígena. Os mapas foram tão importantes nesse processo de construção do Plano de Gestão Territorial porque ela traz, mostra né? essa parte física dos limites da Terra Indígena, onde tivemos por longos e longos anos o conflito dos territórios com outras sociedades, outras comunidades que moram ao redor da Terra Indígena. Porque nós não conseguimos mostrar onde realmente estão limitadas a Terra Indígena. Então nesse sentido, os mapas vieram trazer essa visibilidade, mostrar de fato onde está a Terra Indígena e como nós vemos ou criamos essa vivência nossa dentro do nosso território.

3). Resposta: Os mapas a partir de serem feitos, o projeto de gestão de território. Ela nos ajuda além de a gente ter essa visibilidade, a também a planejar a nossa vida, o nosso plano de vida dentro da Terra Indígena. Como que nós vamos lidar daqui para a frente com esse território onde nós estamos ocupando e o mapa também, ele traz como objetivo a proteção do nosso território, a sustentabilidade da comunidade e das famílias da comunidade e de que forma nós vamos proteger também a questão ambiental. Esses foram os focos e os objetivos principais de trazer esses mapas para dentro da comunidade, para que nós tenhamos esses acessos de todo tempo estar lembrando que esse é o nosso plano de vida, é a um curto, a um médio e a um longo prazo, dentro do nosso território.

4). Resposta: Dentro desse processo de construção da gestão do território, os mapas então estão marcados pela própria comunidade, onde precisa fortalecer por exemplo os materiais que nós usamos para fazer nossos artesanatos, as medicinas da mata, onde nós temos e onde nós precisamos fortalecer ainda mais. E com isso, ele se torna um manejo de todo o espaço e território onde a gente se utiliza né? recorre a esses recursos naturais. Dentre elas, a proteção da água, que também através dos mapas a gente consegue identificar esse espaço, monitorar e proteger.

5). Resposta: O que levou a escolha do nome do projeto e a criação do Plano de Gestão Territorial? É, o nosso plano de gestão territorial se chama Eko Etno Envolvimento. É, porque por longos anos que nós estamos morando dentro da nossa Terra Indígena, cada coisa que a gente pensava em fazer dentro do nosso território, precisava que alguém autorizasse a nossa permanência nesse território. Autorização se a gente podia ou não utilizar aquele espaço que era muitas pessoas ou muitos órgãos em cima tentando dar essa ordem para a comunidade. E o nome Eko pra nós se chama vida né?, significa vida. É vida para o povo Guarani. Então quando a gente colocou essa palavra Eko, a gente tentou trazer a vida né? Em primeiro lugar dentro dessa proteção né? do território, né? Porque a gente teve muitos outros conflitos, né? Onde sofremos vários ataques dentro do nosso território e não tinha ninguém responsável por isso. Então a partir desse momento a gente decide fazer esse plano de gestão territorial pensando primeiramente na vida etno. Então ele traz também essa ideia, essa visão de que se chama de um povo, de uma etnia que está se organizando para fazer essa gestão do território e envolvimento. Porque no início pensamos em desenvolvimento, mas essa linguagem do desenvolvimento entendemos que a palavra desenvolvimento viria ainda pra ser é, esperar alguém que liberasse ou deliberasse o que a gente faria dentro, né? Então a comunidade não conseguia se envolver diretamente dentro do território e pensar que forma que iria fazer essa gestão dentro da Terra indígena. Então a gente colocou essa palavra envolvimento porque a partir desse momento que a gente coloca esse envolvimento, toda a comunidade se envolve e decide como que vai fazer essa proteção, como que vai fazer esse manejo. Como que vai fazer é, trazer esse sustento aqui de dentro da Terra Indígena mesmo, sem precisar manipular, sem precisar esperar que alguém venha e faça, né? Então nesse sentido, quando a gente colocou esse nome de envolvimento, a gente pensou cada família se envolver dentro desse projeto, desse plano de gestão que não é focado a uma pessoa, a uma liderança, a um cacique, a uma autoridade, mas que toda a comunidade fosse então, autor dessa gestão, dentro do território e assim sendo então, ela começa a se envolver como parte do território e ocupando cada vez mais esses espaços sem ter medo, sem ter esse receio de ser por exemplo, proibido ou restrito por alguém que viesse de fora e dissesse o que a gente devia ou não devia fazer dentro do nosso território.

6). Resposta: Em 2020 com a chegada da pandemia dificultou o andamento dessa construção dos mapas dentro do plano de gestão territorial. Na verdade ela não foi prejudicada diretamente

dentro desse processo, porque como nós estamos há anos buscando essas informações, tentando identificar essas áreas e como nós também que moramos dentro da terra indígena conhecemos os espaços conseguimos através dos mapas então, desenhar também onde por exemplo, a gente não conseguimos fazer esse registro, esses campos que era de ir nos espaços e fazer esses registros com fotografias, com filmagens, com esse registro com drone. Então ele não saiu dessa forma totalmente, porém, os mapas a gente conseguiu trabalhar em cima deles mas a gente pensa em dar continuidade desses mapas, em algum momento trazer dentro dessa construção do plano de gestão territorial, essas imagens. Muito reais, da realidade da terra indígena. As imagens do que tem, do que existe como comprovação daquilo apontado, desenhado e planejado dentro do plano de gestão territorial. Esse plano de gestão territorial ele vai dar continuidade, ele não é algo que vai ficar parado. Então nesse primeiro momento é importante fazer esse levantamento com a comunidade, até trazer a curiosidade daqueles que não participaram dos mapas, da construção desses mapas e acredito que assim amenizar um pouco essa pandemia a gente vai conseguir trazer essa realidade junto, com mais pessoas envolvidas da comunidade, na construção desses mapas, de fazer esses levantamento de imagens mesmo, mostrando a realidade da comunidade.

7). Resposta: Dentro da Terra indígena é, a terra indígena Morro dos Cavalos existe uma sobreposição com o Parque da Serra do Tabuleiro? Desde o início de quando a gente trouxe essa ideia de fazer o plano de gestão territorial no Morro dos Cavalos, trouxemos muito forte a questão da proteção da Serra do Tabuleiro porque a gente sentiu, sempre sentiu essa necessidade de fazer esse trabalho em conjunto com o Parque, de fazer essa gestão compartilhada. De fazer esse monitoramento de proteção mesmo das áreas. Porque nós, povo Guarani aqui do Morro dos Cavalos, a gente sempre teve essa dificuldade, por exemplo, quando existe invasões, existe desmatamento no Parque, e não existe monitoramento. Dentro dessas áreas de preservação, de conservação. E quando essas situações aconteceram dentro da Terra Indígena, nós sempre estávamos, ou sempre estamos vendo, acompanhando, denunciando, protegendo essas áreas para que não aconteçam essas invasões. Então era muito mais fácil nós fazer essas interferências de invasões dentro da terra Indígena, mas quando partia para o parque da Serra do Tabuleiro, sentíamos sempre essa dificuldade. Então a gente colocou como objetivo também, o Parque da Serra do Tabuleiro dentro e fora também dos limites próximos da aldeia, para que a gente consiga também fazer esse monitoramento junto com o parque. E isso também abriu um diálogo muito importante com o IMA né? que é o responsável pelo parque da Serra do Tabuleiro. Que

quando levamos essa proposta é o mesmo objetivo do Parque, só que com uma diferença: o parque não consegue fazer esse monitoramento e nós conseguimos. Então a partir daí a gente conseguiu mostrar na realidade onde são os limites da terra, mas também onde está o Parque, como que a gente pode fazer esse diálogo de proteção dessas áreas. Facilitou muito e hoje a gente tem um diálogo muito próximo do Parque, nos planejamentos também, nas áreas onde tem recursos hídricos, de fazer essa proteção junto com o Parque quando a gente vê que tem algo de errado, então a gente consegue acionar com muito mais facilidade, os responsáveis, né?, de fazer essa proteção do Parque da Serra do Tabuleiro e trazer eles e mostrar como que tá acontecendo, como que não tá acontecendo. Então, o plano de gestão territorial também vem nesse sentido de mediar esses conflitos que existem. Como eu falei antes, esses conflitos sempre existiram, mas foram coisas que foram faladas e não tinha como mostrar ou demonstrar que muitas coisas não eram como estavam sendo colocadas. Teve um período em que nós éramos apontados como os destruidores, e hoje, a partir do momento que a gente começa a trabalhar em cima desse projeto de gestão territorial e com os mapas, a gente consegue apontar e dizer que não, que nós estamos aqui pra proteger, que nós queremos proteger junto com o Parque essas áreas, né?, de conservação, principalmente a parte da fauna e da flora. Então pra nós assim, tem uma questão bem positiva dentro de toda essa construção que é a mesma coisa, né? que o Parque tem essa responsabilidade, esse objetivo, nós estamos fazendo isso na prática.

ANEXO VI – Mapa Síntese Criado pelo Grupo de Pesquisa do IFSC - Florianópolis: